

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

FERNANDO HENRIQUE VAGO PIMENTEL

**O Programa Escola Integrada e o Plano Nacional de Educação:
Os Desafios da Política Pública de Educação Integral de Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2019

FERNANDO HENRIQUE VAGO PIMENTEL

**O Programa Escola Integrada e o Plano Nacional de Educação:
Os Desafios da Política Pública de Educação Integral de Belo Horizonte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Ms. Simone Evangelista
Fonseca

Belo Horizonte
2019



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO do Senhor(a) **Fernando Vago Henrique Pimentel**, REGISTRO N° 2017758595. No dia 11/05/2019 às 11:40 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, indicada pela Coordenação do Curso de Especialização em Gestão Pública, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "O PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA E A META 6 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DE BELO HORIZONTE", requisito para a obtenção do **Título de Especialista**. Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) e Presidente da Comissão, **Simone Evangelista Fonseca**, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares de apresentação do TCC, passou a palavra ao(a) aluno(a) para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, seguido das respostas do(a) aluno(a). Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para avaliação do TCC, que foi considerado:

() APROVADO

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA - PRAZO MÁXIMO DE 7 (SETE) DIAS

() NÃO APROVADO

90 pontos (noventa) trabalhos com nota maior ou igual a 60 serão considerados aprovados.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(a) aluno(a) pelo(a) orientador(a) e Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o(a) Senhor(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 11/05/2019.

Prof. Simone Evangelista Fonseca
(Orientador(a))

Simone E. Fonseca

Prof(a). Ana Flávia Rezende

Ana F. Rezende

Prof(a). Ricardo Augusto Oliveira Santos

Ricardo Augusto Oliveira Santos



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

MODIFICAÇÃO EM TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Modificações exigidas no TCC do(a) aluno(a) **Fernando Vago Henrique Pimentel**, número de matrícula **2017758595**.

Modificações solicitadas:

definir objetivo geral e específico. Avaliar o impacto local da implantação da escola. Context

O prazo para entrega do TCC contemplando as alterações determinadas pela comissão é de no máximo 7 dias, sendo o(a) orientador(a) responsável pela correção final.

Prof(a). **Simone Evangelista Fonseca**
Orientador(a)

Fernando Henrique Vago Pimentel
Assinatura do(a) aluno(a): **Fernando Vago Henrique Pimentel**
Atesto que as alterações exigidas Foram Cumpridas
 Não foram cumpridas

Belo Horizonte, 13 de maio de 2019

Professor Orientador

Simone E. Fonseca
Assinatura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. Políticas Públicas de Educação Integral no Brasil	10
2.2. Concepções Pedagógicas do PEI	12
2.3. Implantação da Política de Educação Integral de Belo Horizonte	13
3. METODOLOGIA	17
4. ANÁLISE DOS DADOS	18
4.1. A Rede Municipal de Educação (RME)	18
4.2. O Programa Escola Integrada e a Meta 6 do PNE	20
4.3. Os Desafios da Educação Integral em Belo Horizonte	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

RESUMO

Este artigo busca apresentar a política pública de educação integral da Prefeitura municipal de Belo Horizonte (PBH) com base na análise da implantação do Programa Escola Integrada (PEI). Para tal, considerou-se os aspectos legais e as principais publicações sobre o tema. O objetivo deste estudo é apresentar as principais características da proposta implantada no município e relacionar o desenvolvimento do PEI com o cumprimento da meta 6 proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024). Além disso, pretende-se apresentar alguns dos principais desafios presentes na política e que foram levantados pelos principais estudos analisados sobre o tema. Para desenvolver o estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso acerca da experiência de Belo Horizonte. Os métodos utilizados foram a revisão bibliográfica, a análise de documentos e consultas aos sistemas de gestão disponíveis na intranet da PBH. Entre os principais autores consultados destacam-se os estudos de Resende (2012), Silva (2013), Braga (2015) e também de Andrade (2016). Os resultados deste estudo mostraram que com relação a meta 6 do PNE a experiência de Belo Horizonte já supera as metas propostas para o ano de 2024. A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte oferece o atendimento em tempo integral em todas as 177 escolas de ensino fundamental e atende aproximadamente 46,35% dos estudantes matriculados nessa modalidade de ensino. Como principais desafios a serem superados, destaca-se a ausência de infraestrutura adequada, a baixa qualificação dos profissionais que atuam no programa, as condições de trabalho precárias desses profissionais, a ausência de uma proposta pedagógica clara com relação as oficinas desenvolvidas, ausência de diálogo da proposta com o projeto político pedagógico das escolas e também a dificuldade de integração entre os profissionais do PEI com os demais professores do ensino regular.

Palavras-chave: Educação Integral. Programa Escola Integrada. Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Políticas Públicas Educacionais. Plano Nacional de Educação.

ABSTRACT

This article aims to present the public policy of integral education of the Belo Horizonte City Hall (PBH) based on the analysis of the implementation of the Integrated School Program (PEI). For that, we considered the legal aspects and the main publications on the subject. The objective of this study is to present the main characteristics of the proposal implemented in the municipality and to relate the development of the IEP in compliance with the goal 6 proposed by the National Education Plan (PNE / 2014-2024). In addition, it intends to present some of the main challenges present in the policy and that were raised by the main studies analyzed on the subject. To develop the study, a qualitative research was carried out, a case study about the Belo Horizonte experience. The methods used were the bibliographic review, the analysis of documents and queries to the management systems available in the PBH intranet. Among the main authors consulted are studies by Resende (2012), Silva (2013), Braga (2015) and also by Andrade (2016). The results of this study showed that in relation to goal 6 of PNE the experience of Belo Horizonte already exceeds the goals proposed for the year 2024. The Belo Horizonte Municipal Education Network offers full-time attendance in all 177 schools and attends approximately 46.35% of the students enrolled in this type of education. The main challenges to be overcome include the lack of adequate infrastructure, the low qualification of the professionals who work in the program, the poor working conditions of these professionals, the absence of a clear pedagogical proposal regarding the workshops developed, absence of dialogue of the proposal with the political pedagogical project of the schools and also the difficulty of integration between the professionals of the IEP with the other teachers of the regular education.

Key words: Integral Education. Integrated School Program. Belo Horizonte Municipal Education Network. Public Educational Policies. National Education Plan.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, leis e políticas em âmbitos nacional, estaduais e municipais têm promovido à ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas, especialmente a partir da redemocratização do país com o fim do regime militar e a elaboração de uma nova Constituição Federal (CF). Este trabalho diz respeito a um dos temas mais atuais e relevantes no contexto atual da educação básica brasileira.

Essa nova CF, promulgada em 1988, reconhece em seu artigo 205 a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração de toda a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho. (BRASIL, 1988). Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 8.069/1990), mesmo sem mencionar diretamente os termos “educação integral” e/ou “tempo integral”, apresenta em seu artigo 3º e 53º os elementos da educação integral compreendida como formação completa do indivíduo.

Na história recente do país, de uma maneira simplificada, pode-se dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007, além de outros dispositivos legais, avançaram na regulamentação da Educação no país, sempre com o objetivo de garantir o direito a uma educação pública universal, gratuita e de qualidade.

A LDB instituída pela lei nº 9394/96 prevê, em seu artigo 34, o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral. Já o PNE, de 2001, na mesma linha da Lei de Diretrizes e Bases, defende o tempo integral e a ampliação da jornada escolar, como uma de suas principais diretrizes.

No ano de 2007, o governo federal apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que apresenta uma visão mais ampla da educação e tem como objetivo maiores investimentos na educação básica, ensino superior e educação profissional. O plano conta com mais de 40 ações sendo 24 delas voltadas para a educação básica. Esse foi um plano que visava operacionalizar as políticas de Estado do PNE. O PDE instituiu o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, por meio do Decreto nº. 6.094/2007, que apresenta uma visão mais sistêmica sobre a política educacional brasileira e prevê um regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007)

Estudos como de Moll (2012) e Menezes (2012) apontam que o grande avanço para a efetiva implantação e o desenvolvimento da educação em tempo integral no Brasil se deu com a promulgação da Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB, Lei 11.494/07), também prevista pelo PDE, quando teve início um amplo processo, de dimensões nacionais, de implantação das escolas em tempo integral.

O PDE e a criação do FUNDEB foram divisores de águas que iniciaram uma nova fase para a educação pública brasileira ao garantir o financiamento dessas políticas e estabelecer valores diferenciados para a educação em tempo parcial e em tempo integral, em todas as etapas da Educação Básica. Assim, passou-se a ter a inclusão de recursos financeiros para subsidiar as matrículas de tempo integral, avançando significativamente na garantia do direito a essa modalidade de educação que passou a ter fontes de financiamento significativas e estáveis provenientes da esfera federal.

Andrade (2016) destaca que outra ação importante do PDE visando ainda à educação em tempo integral foi à criação do Programa Mais Educação (PME), também em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC). Basicamente, o programa visava dar suporte para que os sistemas estaduais e municipais ampliassem a jornada escolar até o mínimo permitido de sete horas, habilitando-se para receber recursos do FUNDEB e caminhando, a partir daí, dentro da dinâmica do fundo. A legislação regulamentar do PME é a Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa visando estimular a educação em tempo integral para crianças, adolescentes e jovens por todo país.

Destaca-se que “educação em tempo integral” e “educação integral” são expressões frequentemente usadas, com o mesmo significado, para se falar de questões educacionais. Mas cabe esclarecer que esses termos não são sinônimos, sendo que o primeiro se refere à duração da jornada escolar e o segundo, a uma concepção educacional. Nesse sentido, um programa educacional que tem como objetivo oferecer uma educação integral nem sempre necessita de estender o tempo de permanência na escola. Por outro lado, quando se fala em educação de tempo integral, referimo-nos a um programa de ensino que amplie a jornada escolar dos estudantes, o que não garante, necessariamente, a concretização de uma educação integral (OLIVEIRA, 2010; MOLL, 2015; FREITAS AMORIM 2016).

Melhorar a qualidade da educação é um enorme desafio para os gestores públicos e para toda sociedade brasileira. As reflexões sobre o tema “educação integral” sempre estão presentes nos debates públicos quando o assunto discutido é a qualidade da educação pública em nosso país. A educação integral em tempo integral é vista como um caminho promissor

para se elevar a qualidade do ensino público e garantir uma educação de mais qualidade. (GOUVEIA, 2006; MOLL, 2015; FREITAS AMORIM 2016).

Em 2014, o Congresso Federal sancionou o atual PNE (2014-2024) seguindo a linha dos planos anteriores, com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da educação no país. O atual PNE estabelece 20 metas a serem atingidas em seus 10 anos de vigência e as questões relacionadas à Educação Integral aparecem na meta 6. O Plano estabelece como metas/objetivos nessa modalidade oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Nesse sentido, algumas questões orientam a realização deste estudo tais como: De que forma se deu a implantação e o desenvolvimento do programa escola integrada em Belo Horizonte? Como a política pública de educação integral do município pode ser caracterizada? Qual a situação atual da política aqui implantada em relação à meta 6 estipulada pelo plano nacional de educação? Quais são os maiores desafios encontrados atualmente no Programa desenvolvido em Belo Horizonte?

Baseado nesses questionamentos, o estudo tem como objetivo geral analisar a implantação do Programa Escola Integrada na rede municipal de educação de Belo Horizonte. Para tal, considerar os aspectos legais e as principais publicações sobre o tema. Como objetivo específico, o estudo pretende apresentar as principais características da política pública implantada no município e relacionar o desenvolvimento do Programa na capital mineira com cumprimento da meta 6 proposta pelo PNE (2014-2024), visto que a proposta do município tem como público alvo apenas o Ensino Fundamental.

Além disso, pretende-se também apresentar alguns dos principais desafios presentes na política pública de Educação Integral do município de Belo Horizonte que foram levantados pelos principais estudos analisados sobre o tema.

Para desenvolver esse estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso, definido acerca do desenvolvimento da política de educação integral implantada em Belo Horizonte. Os métodos utilizados foram revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, reportagens, artigos entre outros textos disponíveis, em meio impresso ou virtual, relativos à Educação Integral e principalmente sobre o Programa Escola Integrada de Belo Horizonte.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta parte do estudo será apresentada a revisão de literatura que está dividida em três seções para facilitar a compreensão do leitor. Primeiro serão apresentadas reflexões sobre as políticas públicas de educação integral no Brasil, de uma maneira mais ampla. A segunda seção apresenta as concepções pedagógicas que orientaram a criação do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte. A terceira seção apresenta como se deu a implantação da política de Educação Integral da capital mineira.

2.1. Políticas Públicas de Educação Integral no Brasil

As concepções de educação integral e o desenvolvimento das políticas públicas de educação integral pelo país constituíram eixo central dos estudos de Cavalieri, Moll e também o relatório produzido pelo MEC em 2010 intitulado: “Educação integral/Educação Integrada em tempo integral; Concepções e práticas na educação brasileira”.

Após a promulgação da LDB em 1996, houve um impulso significativo à implementação das políticas educacionais destinadas à ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, a partir disso, surgiram diversas experiências por todo país nos anos seguintes. O interesse da União em discutir e regulamentar a educação integral, para Moll (2012), comprova as preocupações do Poder Executivo e do Poder Legislativo nacional na construção da ampliação da jornada escolar como uma política pública, com significativos avanços nas legislações mais recentes relacionadas a essa temática.

De uma maneira geral, os modelos de educação em tempo integral colocados em prática após a promulgação da referida lei se diferenciam pela concepção ou pela forma como foram implementados nos diferentes territórios. No entanto, todas partiram do princípio que era preciso promover ações afirmativas que contribuíssem para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira.

De acordo com Cavalieri (2010) a Educação Integral é a ação educacional que envolve as mais diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos, a ser realizada com a cooperação de todas as instituições sociais. Do ponto de vista de quem educa, indica a pretensão de atuar em diferentes aspectos da condição humana, tais como cognitivo, emocional e societário. Como uma ação educacional, a Educação Integral aparece quase sempre relacionada à jornada escolar em tempo integral, objetivando o enfrentamento da desigualdade educacional associada à desigualdade social. Nessa aplicação, a Educação

Integral é entendida como ampliação de tempos e espaços educacionais, bem como dos compromissos sociais da escola, associados às demais políticas sociais e às comunidades locais para a melhoria da qualidade da educação. (CAVALIERI, 2010)

O relatório apresentado pelo MEC em 2010 mostrou que a busca das instituições escolares por uma organização com mais tempo vinha se apresentando no Brasil com uma enorme variedade de concepções e conseqüentemente de experiências de Educação Integral. A começar pela nomenclatura, pois essas experiências recebem diversas denominações, como Tempo Integral, Contraturno, Mais Tempo na Escola, Bairro Escola, Mais Tempo para a Qualidade, Super Escola e Escola Viva. (BRASIL, 2010)

Importante ressaltar que a denominação da experiência não possibilita sua associação a um determinado perfil, uma vez que experiências nomeadas da mesma forma apresentam características diferentes, sendo o contrário também verdadeiro. Nesse sentido, cada experiência só pode ser mais bem detalhada e analisada por meio de estudos de caso. (BRASIL, 2010)

Os modelos de organização para realizar a ampliação do tempo de escola que vem se configurando em nosso país, podem ser sintetizados em duas vertentes. (CAVALIERE, 2009). Uma que tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma que possam oferecer condições compatíveis com a presença de alunos e professores em turno integral. A outra, que tende a articular instituições e projetos da sociedade que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar, mas, preferencialmente, fora dele.

A escolha de um ou de outro modelo dá-se com base em realidades específicas dos níveis da administração pública que os coordenam – federal, estadual ou municipal, em suas possibilidades políticas e de infraestrutura, mas também pode representar correntes de pensamento divergentes em relação ao papel do Estado e da escola na sociedade. (CAVALIERE, 2009)

Para Cavaliere (2009) há ainda outros dois modelos de organização: a) escola de tempo integral e b) o aluno em tempo integral, tendo o cuidado de alertar que não se tratam de modelos antagônicos ou cristalizados. No primeiro, a ênfase estaria no fortalecimento da unidade escolar, com mudanças em seu interior pela atribuição de novas tarefas, mais equipamentos e profissionais com formação diversificada, pretendendo propiciar a alunos e professores uma vivência institucional de outra ordem. No segundo, a ênfase estaria na oferta de atividades diversificadas aos alunos no turno alternativo ao da escola regular, fruto da

articulação com instituições multisetoriais, utilizando espaços e agentes que não os da própria escola, a fim de propiciar experiências múltiplas e não padronizadas. (CAVALIERE, 2009)

2.2. Concepções Pedagógicas do PEI

O Programa Escola Integrada (PEI) é uma política municipal, que amplia o tempo e as oportunidades de aprendizagem para crianças e adolescentes do ensino fundamental nas escolas da Rede Municipal de Educação (RME), com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da educação por meio de parcerias com universidades públicas e privadas, empresas, grupos comunitários e organizações sociais. O Programa aponta para a possibilidade do desenvolvimento de estratégias diferenciadas que podem potencializar as experiências escolares e o acesso a múltiplas linguagens, reduzindo as diferenças de oportunidades.

O PEI parte do pressuposto de que uma formação cidadã envolve o direito a uma escolarização de qualidade em todos os níveis, inclusive aos processos fundamentais de vivências básicas de cidadania, nos diferentes âmbitos da formação humana, porque são estas que permitirão a todos uma escolarização plena e com qualidade. Para isso possibilita a utilização de vários espaços da cidade, bem como espaços dentro da escola e na comunidade de entorno. Além de espaços físicos e culturais da cidade, como museus, centros culturais, bibliotecas, parques, universidades, praças, clubes e outros.

O projeto da Escola Integrada de Belo Horizonte foi concebido dentro do conceito de cidade educadora. De acordo com este conceito as cidades exercem funções pedagógicas que vão além das suas tradicionais tarefas econômicas, sociais e políticas e neste contexto a educação não se restringe à escola, alia-se ao desenvolvimento do potencial educativo das mais diversas instituições da comunidade. (AICE, 2004).

A Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) foi fundada em 1990, no Congresso Internacional das Cidades Educadoras e Belo Horizonte é filiada a essa organização desde o ano 2000.

De acordo com Resende (2012) o Programa Escola Integrada surge como continuidade, e como herdeira dos princípios da Escola Plural, na medida em que ressignifica a experiência vivenciada por esta e consolida em um novo formato de escola que possibilita a articulação dos inúmeros conhecimentos e saberes presentes na comunidade escolar com os conhecimentos historicamente construídos, elencados como legítimos e indispensáveis ao exercício da cidadania.

A Escola Integrada, nos moldes da Escola Plural, estabelece compromisso com a totalidade da formação humana, na medida em que busca incorporar a diversidade cultural da realidade que a envolve e valorizar as inúmeras práticas sociais que a circunscreve. Também, concebe a escola como tempo de vivência cultural e não apenas como estratégia de formação e de preparação para o futuro. Isto significa reconhecer que as interações socioculturais propiciadas pela escola, constroem identidades e referências de formas de agir, pensar, interagir e de se posicionar no mundo. (RESENDE, 2012)

Dessa forma, a Escola Integrada pressupunha o alargamento do tempo e do espaço como condições necessárias à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, já iniciadas com o Programa Escola Plural (BELO HORIZONTE, 2007).

2.3. Implantação da Política de Educação Integral de Belo Horizonte

A experiência relacionada à implantação da política de Educação Integral de Belo Horizonte pode ser definida segundo Resende (2012), Silva (2013), Braga (2015) e também de Andrade (2016) com estudos referentes à proposta de educação do programa, desafio e possibilidades da gestão, colaboração entre professores e monitores e sobre os perfis dos profissionais que atuam no programa, respectivamente.

Resende (2012) assim como Silva (2013) aponta que no decorrer das últimas décadas, a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte buscou implementar políticas educacionais comprometidas com a melhoria da qualidade do ensino. Destacando a experiência da Escola Plural, iniciada em 1995, antes mesmo da promulgação da LDB, que teria sido o embrião das políticas educacionais voltadas para a educação integral no município de Belo Horizonte que seria implantado oficialmente na década seguinte. (RESENDE, 2012; SILVA, 2013)

Na capital mineira o Programa Escola Integrada foi instituído após a aprovação da Lei 8432, de 31 de outubro de 2002. Esse dispositivo legal previa a implantação gradual e progressiva do programa de ampliação da jornada escolar para até o mínimo de 9 horas diárias, com atividades de acompanhamento escolar, culturais, esportivas, artísticas e de lazer; atividades que deveriam promover a convivência com os colegas e o exercício da cidadania, além de garantir o suprimento das necessidades nutricionais diárias com a oferta de 3 refeições.

A Lei estipulou o prazo de oito anos após a sua publicação para que a política de educação integral no município atingisse todo o ensino fundamental. O modelo de Educação Integral proposto para o município à época foi considerado pioneiro e a política adotada em

Belo Horizonte ainda está entre as principais e mais abrangentes políticas públicas de Educação em tempo Integral do país.

Embora a lei que instituiu o programa tenha sido aprovada no ano de 2002. O Projeto só teve início no ano de 2006, quando a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte com o apoio da Empresa de Processamento de Dados do Município (PRODABEL) mapeou e selecionou 40 escolas localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social, e os gestores dessas escolas foram sensibilizados no sentido de aderirem ao projeto. Sete escolas manifestaram-se favoráveis e deram início à implementação da Escola Integrada em novembro daquele mesmo ano.

Segundo a coordenação geral do programa, o projeto foi construído a partir das experiências educativas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte adquiridas a partir da implementação da Escola Plural e do Programa Escola Aberta, tendo como modelos os programas Bairro-Escola de Nova Iguaçu – RJ e o da Associação Cidade Escola Aprendiz, de Vila Madalena em São Paulo – SP.

O estudo de Braga (2015) aponta que para materializar-se, o programa necessitava investir no pessoal que iria desenvolver as atividades pedagógicas e culturais com os estudantes em horários diferenciados da escola regular e também em outros espaços. Nesse sentido, novas exigências seriam impostas aos profissionais do processo educativo escolar, pois era necessário afinar a proposta curricular, os espaços e tempos aos novos desafios trazidos com a educação integral.

Verificou-se que executar o projeto com professores municipais do quadro de carreira do magistério, concursados, com nível superior, significaria maiores investimentos, ou seja, um alto custo para a PBH, o que poderia inviabilizar a implantação do Programa. Por isso, o professor concursado da Rede que atua diretamente no PEI encontra-se na coordenação do programa na escola, tendo sido denominado inicialmente de professor comunitário, escolhido preferencialmente entre o corpo docente da escola; a partir de 2009, passou a ser chamado de professor coordenador.

Considerando ainda os estudos da autora supracitada, a opção da Prefeitura para execução dessas atividades relativas ao PEI foi então por contratar agentes culturais, que deviam ter o ensino médio completo e atuação em ações culturais e/ou sociais da comunidade, e os monitores, para quem era exigido o ensino médio completo ou em curso. Ambos deveriam preferencialmente ser moradores das comunidades no entorno da escola. Hoje se tem apenas a figura do monitor, uma vez que o cargo de agente cultural foi extinto. As atribuições desses dois profissionais eram propor atividades para as oficinas em conjunto com

o professor comunitário, de acordo com os parâmetros definidos pela coordenação/SMED e também com base no diagnóstico/mapeamento dos interesses dos estudantes, de modo a criar possibilidades de interlocução com a comunidade e com todo o ambiente escolar.

Durante o programa-piloto em 2006, esse grupo de profissionais se constituía principalmente de voluntários; posteriormente, em 2007, passou a ser contratado pela Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Atualmente, eles são todos contratados pelo Caixa Escolar e permanecendo sob a égide da CLT, devido à extinção das contratações via AMAS no ano de 2017.

A discussão referente à nomenclatura, atuação e forma de contratação desses profissionais é bastante ampla e complexa e se faz muito presente nos debates recentes sobre o contexto atual do Programa, esse tema merece um maior aproveitamento e pode ser fonte de novas pesquisas, entretanto, essa questão não será abordada nesse artigo por não constituir parte do objetivo de estudo.

Silva (2013) destaca que a partir de 2007 a iniciativa passou a ter status de programa e foi aberta à adesão de outras escolas da rede municipal, que priorizou inicialmente as escolas com baixo IDEB e àquelas em que os alunos pertenciam a famílias de menor nível socioeconômico, em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social é calculada a partir de indicadores que visam determinar o acesso da população a determinadas dimensões da cidadania. O índice de vulnerabilidade social (IVS) permite identificar as regiões da cidade onde vive a população mais suscetível à exclusão social, e em que aspectos esta população é mais vulnerável.

Os estudos de Braga (2015) nos mostram que a partir da expansão do PEI, que se iniciou em 2007, a SMED ampliou também as parcerias com as instituições públicas e privadas, considerando que estava em seu horizonte a implantação gradual do PEI em todas as escolas da Rede. Nesse sentido, a SMED buscou diversificar os acordos que já tinha com algumas instituições públicas e privadas de educação superior, de forma que pudesse articular os estágios dos estudantes de graduação dessas instituições com a necessidade de monitores, de diversas áreas do conhecimento, para a promoção das oficinas desenvolvidas no PEI.

É importante destacar que essa expansão foi facilitada pela criação, em 2007, do Programa Mais Educação (PME), que trouxe diretrizes nacionais para a educação integral e também o imprescindível suporte financeiro.

No sentido de expandir o Programa Escola Integrada para um maior número de escolas da rede, a Secretaria Municipal de Educação realizou parceria com o Programa Mais

Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010. O Programa Mais Educação integrava as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo uma estratégia do Governo Federal que visava garantir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular.

O Programa Mais Educação tinha como principal objetivo contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas atribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. (MEC, 2009).

Após a parceria da SMED com o Programa Mais Educação, as escolas puderam fazer a sua adesão a este programa, passando a receber recursos financeiros do Governo Federal para o incremento de atividades que dependiam da aquisição de recursos materiais, como insumos pedagógicos, esportivos, artísticos, instrumentos musicais, equipamentos e outros, necessários ao funcionamento das oficinas desenvolvidas pelo PEI. Estes recursos vinham do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE integral).

O PME ofereceu ainda a iniciativa do debate de aspectos teórico-metodológicos relativos à Educação Integral, com a construção de um arcabouço teórico em torno desse modelo de educação, apresentado à sociedade por meio do documento “Educação Integral: texto referência para o debate nacional” publicado em 2009 pelo MEC.

O Programa Mais Educação acabou extinto no ano de 2016 dando origem ao Programa Novo Mais Educação que apresenta uma visão mais reducionista do conceito de Educação Integral voltado para o fortalecimento das competências básicas em língua portuguesa e matemática no tempo de jornada ampliada dos estudantes.

Segundo dados disponíveis no site oficial da Prefeitura e do portal SIGA- (Sistema de Informação para Gestão Acadêmica) disponível na intranet da Rede Municipal de Educação (RME) o Programa Escola Integrada de Belo Horizonte hoje está presente na totalidade das escolas da RME. O SIGA aponta que o programa está presente nas 177 escolas de ensino fundamental e de acordo com as informações levantadas em março de 2019 o programa possuía 45.562 estudantes inscritos.

3. METODOLOGIA

O estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa acerca da realidade do Programa Escola Integrada, buscando alcançar as três características como apontadas por Patton (1986): (i) visão holística, entendimento do fenômeno e das situações em seu conjunto; (ii) abordagem indutiva, busca de compreensão dos múltiplos inter-relacionamentos entre as dimensões que surgem dos dados sem fazer suposições; (iii) investigação naturalística, evitando-se manipulação e interferência no ambiente pesquisado, com finalidade de compreender o fenômeno no contexto como ocorre naturalmente.

Dentro da abordagem qualitativa adotou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa. Uma vez que se estudou de uma maneira mais específica a implantação e o desenvolvimento da política de Educação Integral do município de Belo Horizonte. Nesse sentido Ventura (2007) destaca que estudos de caso naturalísticos ou que priorizam a abordagem qualitativa da pesquisa, as características consideradas fundamentais são a interpretação dos dados feita no contexto; a busca constante de novas respostas e indagações; a retratação completa e profunda da realidade; o uso de uma variedade de fontes de informação; a possibilidade de generalizações naturalísticas e a revelação dos diferentes pontos de vista sobre o objeto de estudo.

Uma característica peculiar do estudo de caso é a ênfase no particular. Isto implica que o objeto de estudo seja examinado como único, representando de forma singular aquela realidade, apontada como uma realidade multidimensional e historicamente construída. (ANDRÉ, 1984)

Priorizou-se a pesquisa bibliográfica com base em dissertações de mestrado disponíveis nos principais portais acadêmicos de universidades mineiras, produzidas após o ano de 2010 e a análise de documentos oficiais recentes disponíveis nos portais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte tais como o SGE (Sistema de Gestão Escolar), SIGPEI (Sistema de Gestão do Programa Escola Integrada) e também o portal SIGA (Sistema de Informação para Gestão Acadêmica). Todos esses portais estão disponíveis na intranet do município e todos os servidores da educação podem ter acesso, os dados obtidos nesses portais foram utilizados na caracterização do Programa Escola Integrada.

Gil (1994) destaca que a pesquisa bibliográfica tem sido utilizada com frequência em estudos exploratórios ou descritivos, casos em que o objeto de estudo proposto é pouco estudado, tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. A sua

indicação para esses estudos relaciona-se ao fato de a aproximação com o objeto ser dada a partir de fontes bibliográficas.

Portanto, a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, assim como permite a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações. Ela auxilia também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

Quanto à pesquisa documental, conforme a definição de AlvesMazzotti e Gewandszajder (1999): “considera-se como documento qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Portanto, utiliza-se também de outros documentos oficiais, reportagens, artigos, portais eletrônicos entre outros textos disponíveis, em meio impresso ou virtual, sobre o Programa Escola Integrada no município de Belo Horizonte.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos resultados encontrados neste artigo será dividida em três seções, considerando o objeto de estudo e as questões que orientaram a realização deste trabalho. Na primeira seção será apresentado um panorama da Rede Municipal de Educação (RME) de Belo Horizonte. Em seguida relacionaremos os números do Programa Escola Integrada com a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE). A terceira seção busca apresentar os principais desafios a serem superados pela política de educação integral do município.

4.1. A Rede Municipal de Educação (RME)

De acordo com o IBGE a população estimada de Belo Horizonte no ano de 2018 era de 2.501.576 (dois milhões, quinhentos e um mil e quinhentos e setenta e seis) habitantes. Belo Horizonte é o sexto município mais populoso do Brasil e o terceiro mais populoso da região sudeste. Dados do Censo Escolar 2018 apontam que 275.413 estudantes estavam matriculados no ensino fundamental na cidade de Belo Horizonte sendo: 74.064 estudantes na rede privada e 201.349 na rede pública.

O SIGA-BH (Sistema de Informação para Gestão Acadêmica) disponível na intranet da educação do município aponta que em março de 2019, a Rede Municipal de Educação (RME) registrava 112.170 estudantes matriculados nas 177 escolas de ensino fundamental da

rede municipal espalhadas pelas nove regionais administrativas da cidade, ou seja, a rede municipal absorve mais da metade das matrículas dos estudantes das escolas públicas de ensino fundamental do município de Belo Horizonte.

Neste contexto, a Rede Municipal de Educação RME é dirigida de forma central pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) que está presente em todas nas nove regionais administrativas por meio das Diretorias Regionais de Educação – DIRE´s-, que se responsabilizam pelo atendimento direto às demandas e necessidades pedagógicas das escolas, é importante ressaltar nesse momento que a atual gestão do prefeito Alexandre Kalil vem adotando cada vez mais a proposta de aumentar a autonomia das unidades escolares.

De acordo com o site da prefeitura, a Secretaria de Educação promove uma política de diálogo constante com todas as escolas, mas preza também pela autonomia das unidades. Embora o objetivo da Educação seja garantir um padrão de qualidade para toda a Rede, a SMED respeita as particularidades de cada instituição e incentiva que professores, gestores e servidores desenvolvam, no âmbito das escolas, atividades que reflitam a identidade de suas unidades e das respectivas comunidades escolares. (BELO HORIZONTE, 2019).

Atualmente, o Programa Escola Integrada está presente na totalidade das escolas municipais de Belo Horizonte e apresenta proposta de expansão das ações para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também apresenta iniciativas para o atendimento na Educação Infantil que vem ampliando a oferta de vagas consideravelmente no município nos últimos anos.

Dados obtidos pelo SGE (Sistema de Gestão Escolar da PBH) e do SIGPEI (Sistema de Gestão do Programa Escola Integrada) apontam que em março de 2019 o Programa Escola Integrada possuía 51.992 estudantes inscritos nas 177 escolas da rede municipal que atendem os estudantes de ensino fundamental. Para atender a essa demanda o PEI contava com 1.926 profissionais sendo: 99 bolsistas\extensionistas de instituições de ensino superior parceiras do programa, 150 monitores de informática, 1.134 monitores de oficinas, 127 auxiliares de apoio à inclusão que acompanham os estudantes com deficiência e 176 professores coordenadores.

Ainda de acordo com os sistemas de gestão citados acima, dados de março de 2019 apontam que o PEI contava com um número total de 1.822 oficinas, sendo: 246 de acompanhamento pedagógico dos estudantes, 593 relacionadas à Arte e a Cultura, 120 relacionadas à cidade e patrimônio cultural, 31 relacionadas direitos humanos e cidadania, 08 relacionadas à educação e diversidade, 106 relacionadas à educação socioambiental, 204

relacionadas à educomunicação e uso de mídias, 342 relacionadas ao esporte e lazer, 54 relacionadas a leituras na educação integral e 118 relacionadas à prevenção/promoção de saúde ou investigação no campo das ciências.

É importante destacar que essa diversidade de oficinas oferecidas é fruto da autonomia das escolas que podem, dentro dos macrocampos citados acima, montar a grade de oficinas oferecidas pelo PEI de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, as condições de infraestrutura e pessoal de cada território e também dos interesses dos gestores escolares.

4.2. O Programa Escola Integrada e a Meta 6 do PNE.

Relacionando a implantação e o desenvolvimento do Programa Escola Integrada em Belo Horizonte com a meta 6 do PNE, que propõe oferecer educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas e atender pelo menos 25% dos estudantes da educação básica, que é um dos objetivos desse estudo. Pode-se dizer que o município já superou esses dois indicadores, visto que a rede municipal oferece educação integral em 100% das 177 escolas municipais de ensino fundamental do município. Baseado nos dados do mês de março de 2019 do SIGPEI e do SGE, os 51.992 estudantes matriculados no PEI representam 46,35% dos estudantes matriculados no ensino fundamental da rede municipal, superando também os 25% estipulados na meta do PNE.

Comparando os dados encontrados nesse estudo com o portal observatoriodopne.org que é uma plataforma criada pelo “Movimento Todos Pela Educação” e funciona como um instrumento de controle social para que qualquer cidadão possa acompanhar o cumprimento das metas do PNE com prazo final o ano de 2024, pode-se inferir que a política de educação integral do município de Belo Horizonte está muito bem posicionada com relação aos dados encontrados em nível estadual e também nacional.

No comparativo dos dados da Rede Municipal de Belo Horizonte em 2019 com os últimos dados disponíveis do estado de Minas Gerais, que são de 2017 nota-se que a capital mineira está contribuindo consideravelmente para que o estado alcance a meta prevista para 2024. No ano de 2017, de acordo com dados do portal “Observatório do PNE”, o estado de Minas Gerais contava com 48,8% de escolas públicas de educação básica com matrículas em tempo integral. Bem próximo da meta estipulada pelo PNE que é de 50% das escolas oferecendo essa modalidade até o ano de 2024.

Com relação ao número de estudantes atendidos pelas políticas de educação integral em todo estado, Minas Gerais apresenta resultados bem fracos em relação à meta estabelecida. Em todo o estado, baseado nos dados do observatório de 2017, as políticas de educação integral atendiam apenas 13% dos estudantes, bem distante dos 25% de atendimento previsto na meta 6 do PNE para o ano de 2024 o que nos mostra que ainda há de se avançar consideravelmente na consolidação das políticas de educação em tempo integral no nível estadual.

É importante destacar que recentemente, devido a grave crise financeira que afeta o estado de Minas Gerais, a Secretária de Estado de Educação confirmou que 1.140 escolas não terão mais o ensino em tempo integral no ano de 2019. Apenas 500 escolas vão continuar com as aulas de turno e contra turno, deixando de atender aproximadamente 81 mil estudantes. Com isso a política pública de educação integral estadual fica ainda mais frágil e ainda mais distante das metas estipuladas pelo PNE para 2024.

Comparando os dados do município de Belo Horizonte com os dados da política Nacional, Belo Horizonte também está bem acima da média com relação aos dois indicadores. Enquanto em nível nacional apenas 34% das escolas de ensino fundamental ofereciam educação em tempo integral em 2017, a rede municipal de Belo Horizonte oferece atualmente a política de educação integral em 100% das escolas de ensino fundamental do município. Com relação ao percentual de estudantes matriculados na educação integral no ensino fundamental, observou-se que na capital mineira esse número representa 46,35%, enquanto a média nacional em 2017 era de 15,3% do total das matrículas em tempo integral considerando todas as redes e todos os níveis da educação básica.

Entretanto, é importante destacar aqui a limitação deste estudo ao fazer um recorte baseado apenas na política pública de Educação Integral do Município de Belo Horizonte. As metas do PNE são baseadas na política nacional de educação e consideram toda a educação básica que compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). A RME de Belo Horizonte atende apenas duas dessas etapas a Educação Infantil e o Ensino fundamental. O Programa Escola Integrada, embora tenha proposta de expandir o seu atendimento para educação infantil nos próximos anos, por ora atende apenas as escolas de ensino fundamental e todas as informações que estão presentes nesse estudo se referem apenas as escolas de ensino fundamental.

4.3. Os Desafios da Educação Integral em Belo Horizonte

Educação integral não significa apenas mais tempo na escola. Deve-se ter também atenção a qualidade do ensino ofertado aos alunos durante a jornada escolar. Há de se que propiciar oportunidades de aprendizagem por meio de acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e a tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola. Embora a política de educação integral de Belo Horizonte tenha avançado significativamente com relação à ampliação do acesso e garantia de direitos, o programa ainda apresenta diversos desafios para melhoria da qualidade do atendimento que foram citados pelos autores dos estudos que embasaram esse artigo.

Os estudos de Coelho (2011) que buscou analisar o trabalho docente no Programa Escola Integrada, apresenta como principais desafios os seguintes entraves: a falta de estrutura física nas escolas para atender os estudantes, a baixa remuneração paga aos docentes do PEI e a pouca formação exigida pelo programa para contratação, somados às precárias condições de trabalho e de estudo como os principais problemas encontrados. Outro aspecto destacado pelo autor que chamou a atenção é o fato do Programa estar pouco integrado à comunidade, porque não existem equipamentos adequados à realização das suas atividades. Em um território pouco integrado à própria escola nas escolas pesquisadas. O autor aponta ainda a falta de conhecimento desses docentes sobre o projeto político-pedagógico das escolas, que muitas vezes é elaborado apenas para cumprir as exigências legais e pouco contribui efetivamente com o processo de construção pedagógica. Além disso, a dificuldade de interação se dá em boa parte dos casos pela dificuldade de conciliar espaços disponíveis para as atividades e tempos pedagógicos distintos.

Resende (2012) em sua pesquisa, ao entrevistar professores, agentes culturais e estudantes também concluiu que um dos pontos a serem aprimorados é a falta de espaços adequados para a realização de oficinas e atividades. O programa ampliou muito o número de atendimentos e não investiu na mesma proporção na infraestrutura das escolas. Optou-se por alugar espaços de apoio na própria comunidade escolar para garantir o atendimento, entretanto, esses espaços na maioria das vezes são inadequados por não terem a infraestrutura necessária para atender a grande demanda de estudantes. Muitas vezes esses espaços são residências ou espaços comerciais adaptados para receber os alunos e não oferecem condições adequadas para um atendimento de qualidade.

Silva (2013) também destaca que as escolas, principalmente as localizadas em regiões periféricas, encontram dificuldades para a concretização de atividades externas, visto que existe uma escassez de espaços e equipamentos públicos que possam ser utilizados pelo

programa. A concentração de atividades do programa dentro das escolas, por outro lado, cria atritos com o ensino regular, já que as escolas não possuem espaços que atendam a demanda extra de atividades. Percebe-se que tal situação provoca resistências por parte dos docentes o que reflete na dificuldade da articulação do PEI com o ensino regular.

Os estudos de Silva (2013) ainda apontaram como principais desafios: a falta de um processo seletivo para a contratação de agentes culturais, dentro do perfil estabelecido no documento que orienta a implementação; a falta de articulação do programa com o projeto político-pedagógico e com o ensino regular das escolas; a falta do conhecimento dos objetivos do programa por parte dos educadores do PEI, dos docentes do ensino regular e da comunidade corroborando com a visão dos outros autores pesquisados nesse estudo com relação aos desafios enfrentados pelo PEI em Belo Horizonte.

Andrade (2016) em seus estudos que visaram traçar o perfil e as condições de trabalho dos profissionais do PEI apontou que os profissionais que atuam no programa são, em sua maioria, mulheres, possuem em média 25 anos, se autodeclaram pardos, são solteiros, não possuem filhos e são católicos. Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados por ela, a maioria possui ensino médio completo, mas também é expressiva a porcentagem dos que possuem ensino superior incompleto, ou seja, com curso de graduação em andamento (bolsistas extensionistas). A autora destaca que as condições de trabalho são precárias, os locais para realização das oficinas são na sua maioria adaptados, os instrumentos de trabalho medianos e os salários são considerados baixos.

Silva (2013) destaca que iniciativas como o PEI sejam hoje importantes ferramentas de proteção e promoção social, posto que são direcionados primeiramente para crianças e adolescentes em maiores condições de vulnerabilidade social, apresentam muitos problemas e condições de trabalho pouco adequadas para o bom desempenho das atividades dos docentes e de acolhimento dos alunos. A autora destaca que o impulso dado à extensão da jornada educativa das escolas brasileiras a partir das décadas passadas faz parte do conjunto das políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

Com isso, programas/projetos de educação em tempo integral tornaram-se instrumentos importantes de proteção social pela ampliação do período dos alunos prioritariamente mais pobres sob a responsabilidade da escola e de promoção social ao visarem o desenvolvimento pleno dos alunos por meio de uma concepção mais abrangente de educação. A referida autora ainda destaca que ao estudar diferentes políticas de educação integral algumas dificuldades foram quase unânimes entre os docentes entrevistados, como a falta ou inadequação dos espaços, ausência de tempo para o planejamento das atividades,

acúmulo de atribuições, pouca ou nenhuma formação continuada ofertada e o distanciamento dos docentes dos demais profissionais da escola, características comuns PEI. (SILVA, 2013)

Todos os autores pesquisados encontraram problemas e desafios semelhantes nos estudos relacionados à política de educação integral do município de Belo Horizonte. De uma maneira geral os desafios estão relacionados à infraestrutura deficiente e inadequada para o atendimento aos estudantes, baixa qualificação dos profissionais que atuam no programa que em sua maioria possuem apenas o ensino médio completo. As condições precárias de trabalho e a baixa remuneração desses profissionais, as dificuldades de interação/integração com a comunidade e com os profissionais das próprias escolas em relação aos profissionais do PEI. A ausência de clareza com relação à proposta pedagógica do Programa Escola Integrada e a falta de diálogo com o projeto político pedagógico das escolas da rede, levam a um enfraquecimento da política de educação integral. O município vem garantindo o acesso e a permanência desses estudantes na escola, mas ainda tem como principal desafio qualificar o trabalho pedagógico que é desenvolvido pelo PEI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública de educação em tempo integral do município de Belo Horizonte se materializou com a criação do Programa Escola Integrada no ano de 2006. Esse movimento se deu em decorrência de décadas de esforço da RME de Belo Horizonte em melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas municipais, destacando a experiência da Escola Plural iniciada no ano de 1995 como destacam os estudos de Resende (2012) e Silva (2013).

Embora possa ser considerada referência no país, tanto pelo seu pioneirismo quanto na abrangência do atendimento, ao estar presente em todas as escolas municipais da rede e atender aproximadamente 46% dos estudantes matriculados no ensino fundamental, o programa ainda precisa superar muitos desafios para garantir efetivamente uma educação integral de qualidade e não apenas ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Com relação à meta 6 do Plano Nacional de Educação vimos que a experiência de Belo Horizonte já supera as metas propostas para o ano de 2024. A meta 6 propõe oferecer educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas e atender pelo menos 25% dos estudantes da educação básica. A Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte oferece o atendimento em tempo integral em todas as 177 escolas de ensino fundamental e atende aproximadamente 46,35% dos estudantes matriculados nessa modalidade de ensino nas escolas municipais.

Entretanto, este estudo se limitou a comparar os números do Programa Escola Integrada, que atende exclusivamente o ensino fundamental. A meta 6 do PNE considera toda a educação básica que é composta também pela educação infantil, também de competência do município, segundo a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e pelo ensino médio, de competência da rede estadual, de acordo com este mesmo ordenamento legal.

O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, além de oferecer uma alimentação adequada, com no mínimo três refeições diárias, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem. A RME de Belo Horizonte está em processo de ampliação do atendimento do PEI também para a Educação Infantil e para as iniciativas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município. Todavia, é importante garantir que a ampliação da jornada escolar contribua efetivamente para o desenvolvimento integral dos estudantes e não se esvazie em práticas recreativas sem construção de conhecimento.

Coelho (2011), Resende (2012), Silva (2013) e Andrade (2016) destacaram em seus estudos como principais desafios a serem superados pela política de Belo Horizonte a ausência de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades, a baixa qualificação dos profissionais que atuam no programa, as condições de trabalho precárias desses profissionais, a ausência de uma proposta pedagógica clara com relação às oficinas desenvolvidas, ausência de diálogo da proposta com o projeto político pedagógico das escolas e também a dificuldade de integração entre os profissionais do Programa Escola Integrada com os demais professores do ensino regular.

A ausência de estudos concretos que sejam capazes de produzir indicadores sobre o real impacto das políticas de educação integral no desenvolvimento dos estudantes e também na melhoria da qualidade da educação nos municípios ainda é um entrave para o desenvolvimento dessas políticas no país e se apresentam como um campo fértil para futuros estudos sobre a gestão de políticas públicas de educação integral pelo país.

Novos estudos sobre o perfil e as competências necessárias aos gestores públicos municipais que atuam na gestão dessas políticas, sejam na direção escolar ou na coordenação dos programas de educação integral também podem contribuir significativamente para melhoria da qualidade dessas propostas, uma vez que a liderança e o planejamento são fundamentais para o sucesso dessas iniciativas.

Não há dúvidas que o país avançou significativamente na democratização do acesso as políticas educacionais nas últimas décadas. Entretanto, melhorar a qualidade da educação e

garantir a permanência dos estudantes ainda é um enorme desafio para os gestores públicos e para toda sociedade brasileira. As políticas públicas de educação em tempo integral se apresentam como uma alternativa promissora no esforço de melhorar a qualidade da educação brasileira, contudo, ainda temos muitos desafios a serem superados na busca por uma educação pública de qualidade em nosso país.

REFERÊNCIAS

AICE, Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Carta das Cidades Educadoras: Proposta Definitiva**, Gênova, 2004. Disponível em: http://www.cmevora.pt/NR/rdonlyres/00004ead/awtuvhezgywlvffaxvjllixizxmcnmct/Cartadascidade_seducadoras.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Inácio: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRADE, Camila Raquel Benevenuto de. **Perfil e condições de trabalho dos profissionais do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2016. 170f. Dissertação de Mestrado em Educação. Gestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://www.gestrado.net.br/images/publicacoes/105/Dissertacao_CamilaAndrade.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso: seu potencial na Educação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.49, p.51-54, maio, 1984.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal de. **Projeto Escola Integral**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação, 2006/2007. 15p. (Impresso)

BELO HORIZONTE. Lei nº 8432, de 31 de outubro de 2002. **Dispõe sobre a implementação da jornada escolar de tempo integral no ensino fundamental, em instituição municipal de ensino**. Disponível em: < <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/236802/lei-8432-02>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRAGA, Cibelle de Souza. **Colaborações entre professores e monitores do programa Escola Integrada de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2015. 169 f., enc., il. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Disponível em: https://www.gestrado.net.br/images/publicacoes/102/Dissertacao_CibelleBraga.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, seção 1, 10 de janeiro de 1999, p. 169

2001.p.1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 Mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.** Diário Oficial da União. Brasília, 25 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 06 Mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação.** Diário Oficial da União. Brasília, 27 de janeiro de 2010 – Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 06 Mar. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral/Educação Integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira.** Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. Série Mais Educação. Brasília. Mec: Secad, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral/Educação Integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira.** Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil: Estudo Qualitativo. Série Mais Educação. Brasília. Mec: Secad, 2010b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial n. 17/2007, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa Mais Educação. Brasília, 2007e.

BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação – PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, 2007d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 24 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 16 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 30 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC. 2009c. 52 p. (Série Mais Educação).

CAVALIERE, Ana Maria. **Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação Integral. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, GESTRADO, 2010. CD-ROM. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes>>. Acesso em: 07 fev. 2019

CAVALIERE, Ana. Maria. **Anísio Teixeira e educação integral**. Revista Paidéia maio-ago. 2010, Vol. 20, No. 46, 249-259. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FREITAS AMORIM, Rodrigo de. **Educação profissional e formação integrada do trabalhador na legislação brasileira: avanços, retrocessos e desafios**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 10, p. 12-21, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOUVEIA, Maria Júlia Azevedo. **Educação integral com a infância e a juventude**. In: Educação integral. Cadernos Cenpec, São Paulo, no 2, p. 77-85. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama dos municípios Brasileiros 2018**. Portal Eletrônico. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 01 fev. 2019.

MENEZES, Janaina S. S. **Educação em tempo integral: direito e financiamento**. Educar em revista, Curitiba, n. 45, p. 137-152, jul.-set. 2012.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para a sua consolidação como política pública. In: MOLL, J. *et al.* (Orgs.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline. **O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral**. Retratos da Escola, v. 8, n. 15, p. 369-381, 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A educação básica e o PNE/2011-2020 Políticas de avaliação democrática**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 4, n. 6, p. 91-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/71/63>. Acesso em: 05 fev. 2019

RESENDE, Mary Margareth Marinho. **Escola Integrada: Uma Proposta de Educação Para Todos**. Juiz de Fora. 2012. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/dissertacao-2010-mary-margareth-marinho-resende.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

SILVA, Nelson de Souza. **Programa Escola Integrada: Desafios e possibilidades para a gestão escolar.** Juiz de Fora. 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-nelson-de-souza-silva.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

PATTON, M.Q. **Qualitative Evaluation Methods.** 7th. ed. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

VENTURA, Maria Magda. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa.** Revista SOCERJ. 2007;20(5):383-386. setembro/outubro. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/18473787/O_estudo_de_caso_como_modalidade_de_pesquisa. Acesso em: 05 fev. 2019.